

Por que não escrevo História Contemporânea*

José Honório Rodrigues

Historiador, professor e ensaísta. Diretor do Arquivo Nacional no período de 1958 a 1964.

A história como disciplina intelectual nasceu como descrição da atualidade e suas formas primitivas, a crônica, sobretudo, representam tão somente os aspectos conjunturais da realidade. Eram os fatos mais superficiais, menos consequentes, menos profundos, menos influentes, menos estruturais que o cronista histórico via, tal qual o atual cronista literário e jornalístico.

As formas posteriores, os anais, as décadas, revelam as mesmas deficiências, a mesma incapacidade de generalizar, de aprofundar, de ver, ao longo de uma duração definida, o caráter próprio e original de um período histórico.

A História Contemporânea pode ser como toda história mais ou menos antiga, mais crônica e menos história, dependendo da capacidade do historiador. Mas, na verdade, ela corre maior risco de ser superficial, de não ver a totalidade da ação humana no seu complexo de conexões, motivos e efeitos, do que uma história que se constrói com a visão do conjunto, à *longue durée*. Que não se limita a ser uma história de uns poucos anos e muito menos de um ano só, pois o ano não tem nenhuma significação histórica. Ela atrai mais os cronistas que os historiadores. Aí está seu primeiro defeito, muito difícil de evitar.

É evidente que a História Contemporânea não difere de qualquer forma de conhecimento histórico do ponto de vista epistemológico, filosófico. Seria uma concepção ilusória do conhecimento histórico afirmar que o conhecimento contemporâneo é um, o antigo é outro. Os problemas capitais são metodológicos.

O primeiro consiste na limitação ou deficiência do acesso às fontes primárias, ou na proibição de consulta, seja de arquivos particulares, ainda fechados, seja de arquivos públicos, com documentos não desclassificados, ultrassecretos, secretos e confidenciais.

O segundo consiste na facilidade e dificuldade impostas pelo governo aos consulentes, ou melhor, na liberdade de informação, ou ainda, na liberdade de pesquisa. Este embaraço é metodológico e político, mas é somente político o terceiro aperto, isto

* Artigo publicado originalmente nos Cadernos Alcântara Machado nº 0, São Paulo, agosto de 1973.

é, a reação que o julgamento do historiador pode provocar no público. O conflito entre a conveniência política, a verdade histórica e a atitude política do público nas questões históricas atuais torna mais difícil a posição da historiografia contemporânea.

O acesso às fontes contemporâneas

Já escrevi longamente n' *A pesquisa histórica no Brasil* (Companhia Editora Nacional, 2ª ed., 1969), o único livro sobre a matéria, sobre a questão do acesso. Remeto ao livro o leitor interessado nas informações técnicas e metódicas, e me limito a dizer aqui o essencial.

O Brasil é um país de baixa consciência histórica, especialmente depois da República. Em primeiro lugar, destruímos indiscriminadamente os documentos oficiais e permitimos que coleções preciosas de livros raros fossem exportadas. O Ministério da Agricultura foi o primeiro a destruir totalmente seu arquivo, e o da Fazenda tem se excedido neste desmando. Destruuiu-se o arquivo da Alfândega do Rio de Janeiro e o de Paranaguá, dificultando extremamente a reconstituição da história econômica brasileira, especialmente da Independência até o predomínio de São Paulo, na segunda década deste século. Não sei se o arquivo da Alfândega de Santos permanece intacto.

Não há política arquivística nacional, nem o Arquivo Nacional tem poder, como tem as instituições semelhantes das grandes potências atuais, sobre os documentos produzidos pela administração pública. Como se sabe, o crescimento moderno da produção documental é fantástico, e a seleção impõe normas técnicas que são simplesmente desconhecidas no Brasil. Os Estados Unidos produziam até bem pouco tempo quatro milhões de metros cúbicos de documentos por ano, e para se ter uma ideia do problema, basta dizer que o edifício do Arquivo Nacional, em Washington, só pode abrigar três milhões de metros cúbicos, o que significaria, na falta de controle e bopolítica de seleção, a construção de um edifício por ano para custodiar essa documentação.

De acordo com informação prestada pelo presidente Richard Nixon, os Arquivos Nacionais dos Estados Unidos possuem atualmente 160 milhões de páginas de documentos classificados como secretos, ultrassecretos e confidenciais, datando da Segunda Guerra Mundial, e de mais de 300 milhões de páginas produzidas de 1946 a 1954.

O exemplo inglês é semelhante. Em 1954, verificou-se que eram necessários 200 mil pés cúbicos para guardar os documentos de mil anos de história, e 600 mil pés cúbicos para conservar os existentes naquele mesmo ano nos departamentos do governo.

Não estamos fazendo nada para resolver esta questão. A destruição é realizada nos serviços de comunicação, aos quais pertencem os arquivos correntes, ativos, que alimentam o Arquivo Nacional, e os ministros mostram-se indiferentes ao problema ou decidem a favor da eliminação.

Esta destruição indiscriminada é e será a grande responsável pela falta de documentação contemporânea no Arquivo Nacional. Por mais liberal que fosse um governo, abrindo seus arquivos, não sei se haveria muito a ver nestes anos todos da República, com a extinção de tantas fontes primárias, com o desinteresse, com a inconsciência histórica e com o medo de ser julgado. Esta mistura de sentimentos é a grande culpada da inexistência documental ou de sua dispersão, excetuado o Arquivo do Itamaraty, este mesmo muito ameaçado na parte não corrente, ou inativa.

Quando uma nação não participa da fabricação histórica, não possui consciência histórica. Os arquivos modernos foram criados por Napoleão, pela rainha Vitória, por Lênin e por Franklin D. Roosevelt.

Se somarmos à destruição inconsciente dos documentos a falta de informação oficial do governo, poderemos escrever sem hesitação que vivemos na mais profunda obscuridade histórica contemporânea.

O Brasil desde o seu nascimento como nação livre publicava excelente documentação oficial: as *Falas*, correspondentes às *Mensagens* atuais, eram debatidas no Parlamento e constituíam motivo de discussão da política da nação, hoje limitadas a uma entrega ao Congresso, que agradece e encerra o assunto; os relatórios ministeriais apresentados ao Parlamento no Império e ao presidente da República eram documentos preciosos, que forneciam dados oficiais sobre as mais importantes questões nacionais. Desde a década dos quarenta deste século, excetuado o Ministério do Exterior, que veio até a década dos sessenta com essa prática, não se fazem ou não se publicam relatórios ministeriais.

Já se notava a decadência do documento republicano comparado ao imperial, um primor de elaboração, valioso pela informação autêntica e a documentação que publicava.

Estamos, portanto, sem fontes, e cada vez mais sem fontes para História Contemporânea, apesar da crescente produção documental oficial. Os documentos estrangeiros, relatórios de embaixadores e cônsules, papéis oficiais existentes nos arquivos dos países importantes nas relações com Brasil, não suprem a deficiência dos nossos.

Os governos republicanos, temerosos do julgamento histórico, vivem no mundo do cochilo, do segredo, da alienação pública. Informar para que, se não têm que dar satisfações a ninguém?

Sobram os arquivos particulares, e são poucos os abertos. Como se pode fazer História da era de Getúlio Vargas somente com o arquivo de Getúlio Vargas e do seu companheiro e amigo Oswaldo Aranha? Seria a visão getulista ou aranhista da era getulista-aranhista. Onde estão os arquivos de seus adversários políticos? De João Neves da Fontoura, de Lindolfo Collor (este já mandado organizar por sua filha Leda Collor de Mello, que pessoalmente tem intenção de entregá-lo ao Arquivo Nacional), de Flores da Cunha e de vários outros gaúchos ou não, mas sobretudo gaúchos, pois, desde 1930 a História do poder no Brasil é sobretudo História gaúcha.

A única forma de corrigir a insuficiência transitória documental na construção de uma História é a edição selecionada, autêntica, integral ou em trechos de documentos dos respectivos arquivos. História, mesmo factual, baseada em arquivo particular, um ou dois, não é História: é, quando muito, uma versão oficial ou parcial, tal como as biografias oficiais feitas de acordo com os arquivos dos biografados.

Alguns procuram suprir a informação unilateral com o arquivo histórico do Itamaraty, aberto de 1930 em diante, primeiro aos americanos, mediante concessões especiais de alguns ministros sensíveis aos apelos amigos. Ou com a pesquisa de arquivo da Presidência, por mim conseguido quando diretor do Arquivo Nacional, do presidente Juscelino Kubitschek, em 1961, e logo depois de examinado posto à disposição dos estudiosos que dele têm se utilizado.

Arthur Schlesinger Jr., o grande historiador americano e assessor do presidente John F. Kennedy, afirmou que realmente 99% da informação necessária para um julgamento político inteligente se encontram no *New York Times*, cuja consulta é hoje facilitada, como a do *Times* de Londres, e de uns outros poucos jornais, pelos índices anuais correntes e retrospectivos. Mas os jornais brasileiros têm sofrido os rigores da censura mais dura ou mais branda, o que invalida sua informação. E quando não

podemos confortá-la com outras fontes, deixamos de respeitar a velha norma de sabedoria histórica, que nos ensina que *testis unus testis nullus*.

A liberdade de informação. Os documentos secretos

O exercício da pesquisa histórica para História Contemporânea não deve afugentar os melhores estudiosos, apesar de suas dificuldades. Ela não pode ficar entregue a *Claqueurs*, despidos de qualificação metodológicas e teóricas, propagandistas e amadores que, no fundo, contribuem para seu descrédito público.

Gerhard Ritter, o grande historiador alemão, disse no 10º Congresso Internacional de História que a principal questão para realizar uma História Contemporânea consiste na liberdade de informação, na liberdade de pesquisa, no direito democrático de julgar e criticar. A ela se contrapõem a obrigação e a responsabilidade do historiador de realizar esta tarefa sem fazer da História uma matéria publicitária, tendenciosa, sem categoria científica. Um historiador, escrevendo História antiga, moderna ou contemporânea, não pode ser um aplaudidor de nomes, de fatos, de acontecimentos, sem buscar compreender as raízes, os motivos da ação humana.

Eu mesmo tenho defendido a prática da História Contemporânea brasileira, como se pode ver nos meus livros *Teoria da História do Brasil* (Companhia Editora Nacional, 3ª ed., 1969) e *Pesquisa Histórica do Brasil* (Companhia Editora Nacional, 2ª ed., 1969).

Mas seu exercício é difícil mesmo nas democracias anglo-americanas, onde, como nas escandinava e holandesa, as garantias individuais não são um arremedo de direito. Como é possível praticar História Contemporânea em regimes de exceção?

Esta é uma questão fundamental, mas não elimina as outras, que cerceiam a liberdade de informação e de pesquisa. A existência de uma política de segredo impede o acesso a documentos capitais, sem o conhecimento dos quais não se pode compreender e reconstruir uma fase como a nossa.

Não. As coisas secretas não pertencem ao Senhor nosso Deus, como está no Deuteronômio (cap. 29, v. 29). Todas devem nos pertencer, as encobertas e as reveladas, para que o nosso coração entenda, os nossos olhos vejam, os nossos ouvidos ouçam.

A questão dos papéis do Pentágono, em parte revelados, suscitou como anteriormente a Amerásia, documentos sobre a posição americana na Ásia, um grande debate democrático nos Estados Unidos sobre o problema do segredo, sobre o dilema entre dois princípios igualmente veneráveis: o da revelação e o da confidência.

William G. Florence, funcionário aposentado do serviço de segurança do Pentágono, em depoimento prestado no Congresso norte-americano, calculou em 20 milhões o volume dos documentos classificados como ultrassecretos, secretos e reservados (inacessíveis), e disse que 99,5% deles se fossem revelados não prejudicariam os interesses da defesa do país.

A bíblia do conceito de segurança dos documentos foi o decreto executivo nº 10.501 de Eisenhower, que permitiu o controle efetivo sobre os documentos, sem estabelecer nenhum sistema de desgradação e desclassificação.

O grande mal do sistema de segredo de documentos públicos consiste na facilidade com que permite que a mentira se torne uma rotina. “Quando tudo é classificado, então nada é classificado, e o sistema passa a ser desrespeitado pelo cínico ou pelo imprudente, e a ser manipulado por aqueles que tentam autoprotoger-se ou autopromover-se. Eu suponho, em resumo, que o fundamento de um sistema verdadeiramente efetivo de segurança seria a máxima revelação possível, reconhecendo que o segredo só pode ser preservado quando a credibilidade é verdadeiramente mantida”, disse o ministro da Suprema Corte dos Estados Unidos, Potter Stewart.

Foi o escândalo provocado pela divulgação dos papéis do Pentágono que levou o presidente Nixon a baixar o decreto-executivo nº 11.652, que estabelece as normas de classificação de documentos de segurança. As tabelas estabelecem a desgradação e desclassificação dos documentos de ultrassecretos a secreto e a confidencial, num máximo de dez anos, com quatro categorias de exceções. Para empreender a desclassificação dos documentos da Segunda Guerra Mundial, uma montanha material de 160 milhões de páginas, em 49 mil pés cúbicos de espaço de armazenagem, o presidente Nixon pediu ao Congresso a quantia de 636 mil dólares, empregando 110 pessoas.

Este decreto de Nixon, somado à lei de 1966, *The Freedom of Information Act* (Lei de Liberdade de Informação), abre perspectivas para o maior conhecimento das fontes primárias. Especialmente quando se considera que se tenta hoje nos Estados Unidos baixar a regra geral de acesso aos documentos públicos, de trinta anos para dez.

A regra de trinta anos é quase universal, depois que o presidente Nixon a estendeu do Departamento de Estado a todos os ministérios, e que Wilson, na Inglaterra, e De Gaulle, na França, a ela aderiram.

No Brasil antes retrocedemos que progredimos. O decreto nº 56.820, de 1º de setembro de 1965, estabeleceu 47 anos para os documentos do Itamaraty relativos aos Estados Unidos e à Europa, e 68 anos para os relativos à América Latina. O reforço à inacessibilidade veio com o decreto nº 60.417, de 11 de março de 1967, que aprovou o regulamento para a salvaguarda dos assuntos sigilosos, fortalecidos pelo decreto nº 5.186, de 11 de novembro de 1971. Estes dois decretos significam uma barreira intransponível à informação, o predomínio da política de sigilo obscurantista, como escrevi n' *A pesquisa histórica no Brasil*.

Sem julgamento não há história

Discute-se muito nos Estados Unidos o rebaixamento do prazo de acesso à consulta, de trinta anos para vinte ou dez. Arthur Schlesinger Jr. defendeu o limite máximo de dez anos. Na verdade, quando o processo histórico era lento e demorado se justificava a extensão do prazo de proibição, pela presença, por muito tempo, dos efeitos dos fatos e da ação dos políticos responsáveis. Hoje, a aceleração do processo histórico elimina rapidamente os efeitos e torna menos durável a ação histórica pessoal. Conseqüentemente, diminui o prazo da responsabilidade e por isso deve ser reduzido o tempo de limbo do documento.

O custo da manutenção dos arquivos secretos representa para os contribuintes nos Estados Unidos de 60 a 80 milhões de dólares por ano. Não sei o custo no Brasil, que deve incluir a despesa com a manutenção dos arquivos correntes ministeriais e outros oficiais e semioficiais, e com o Arquivo Nacional, o único de custódia, criado pela Constituição de 1824.

O julgamento histórico

Mas a grande dificuldade do estudo e da reconstrução analítica e crítica da História Contemporânea está na dificuldade de julgar, especialmente devido a duas razões capitais. A primeira é a reação que o julgamento do historiador pode provocar.

Nenhum historiador pode deixar de pronunciar seu julgamento. Quem não julga, exerce uma função menor; reúne documentos, compila, fazem crônicas. Na raiz grega da palavra história se contém a ideia de julgamento, como mostrei n'*A pesquisa histórica no Brasil*.

Escrevi em *História e historiadores do Brasil* (São Paulo, 1965) e em *Vida e História* (Rio de Janeiro, 1966) sobre o dever do julgamento na obra histórica. Nenhuma objetividade implica uma neutralidade de eunuco, como disse o historiador alemão Gerhard Ritter. “É uma ilusão acreditar que o historiador possa contar a História sem assumir a posição que o guiará na escolha do material. Quem quiser fazer História será obrigado a julgar.”

Sem justiça não há governo, e sem julgamento não há História. O que não se deve fazer é confundir a posição do historiador e a do cidadão. Meu julgamento histórico e meu julgamento político podem variar; de qualquer modo eles estão concentrados sobre coisas diferentes. O cidadão preocupado com a ação política terá, hoje e amanhã, na sua atitude em relação ao passado recente, um olho no futuro, preocupado em restabelecer o que em sua opinião foi feito erroneamente; ele pode ter razões políticas para recusar admitir que o que aconteceu passou irreparavelmente. Mas esta não é a atitude do historiador, que se concentra sobre o que aconteceu, como e por que, e o que acontecerá amanhã é problema seu como cidadão, e não como historiador.

As escalas de valores são outras. E diante da perversão da razão de Estado, da perseguição totalitária, da eliminação de Guernica, da extirpação dos judeus, do horror do domínio alemão na Rússia, da câmara de gás, dos campos de concentração, do trabalho escravo, e de todas as coisas que estão ligadas aos nomes de Hitler, de Mussolini, de Stalin, de Franco e de Salazar, os historiadores cometeriam uma vilania, violentariam as normas básicas da moralidade, confundiriam a sua consciência se deixassem de apontar e condenar todas as violências cometidas contra a dignidade humana.

Escrever história sem julgamento moral, disse Geoffrey Barraclough, no seu estudo sobre “História, moral e política”, seria um ato antissocial, pois a responsabilidade pessoal, a responsabilidade individual pelos seus próprios atos é politicamente necessária.

Os nossos homens públicos do Império, favoráveis ao poder pessoal do imperador, criaram a ficção constitucional da irresponsabilidade imperial, de sua

impecabilidade. Não houve isso, e nunca haverá em nenhum regime, por maior e mais absoluto que seja o poder irresponsável. Todos os que abusam do poder mais tarde ou mais cedo serão julgados pela história, e nunca faltarão historiadores como o limpo e honrado Diogo do Couto, que sempre escreveu “com aquela liberdade e desengano de soldado veterano, que nem receia o mal pelo que disser, nem espera bens pelo que lisonjear”.

A história não teme verdades incômodas e sabe que vitoriosos não são donos da verdade.

A pesquisa histórica brasileira e a história contemporânea

Tem-se dito e repetido que o historiador brasileiro não faz história contemporânea e se refugia na mais antiga, temeroso dos riscos e represálias que seu julgamento poderia provocar. Reconheço que o papel do medo e da coragem são muito importantes, tanto na história, na construção do presente e do futuro, quanto na historiografia, no estudo e reconstrução do passado, ainda o mais recente.

Reúno algum material sobre essas características humanas para escrever em breve um ensaio sobre o seu papel na história. Mas na verdade, apesar dos riscos políticos, das deficiências de fontes, do temor nos regimes de exceção, não acho que no Brasil tenham a pesquisa e a historiografia contemporânea sido abandonadas.

Como exemplo, sem entrar no mérito da contribuição individual, não se pode esquecer que José Maria Belo, Pedro Calmon, Nelson Werneck Sodré, Leôncio Basbaum, Cruz Costa, Alfredo Arinos de Melo Franco, Hélio Silva e muitos outros autores de monografias ou ensaios fizeram história contemporânea, e, às vezes, até história atual, contando sua própria participação. Tudo isto sem somar os depoimentos contemporâneos, as memórias, as autobiografias, as correspondências que rompem até mesmo o sigilo do governo, ainda quando guardado a sete chaves.

Não é nossa historiografia muito pródiga nestas últimas fontes primárias, mas ainda assim não são inexistentes. Mas a proliferação de memórias estrangeiras, especialmente americanas, ajuda a romper a penumbra oficial em que se escondem os negócios públicos. Todos aqui citados escreveram suas histórias até a época em que viviam, ou pelo menos até a fase em que perduram os efeitos das ações que testemunharam.

Creio que a pesquisa e a historiografia brasileiras nunca recuaram diante desse desafio, enfrentando todos os riscos dos regimes de exceção, que têm sido a norma republicana, especialmente nas fases de predomínio gaúcho, com a exclusão de Arthur Bernardes.

As deficiências da pesquisa e da historiografia brasileiras residem mais nos meios materiais que na bravura de seus praticantes. Somos pobres, nunca podemos assistir a uma jovem vocação com o auxílio que lhe é dado nos Estados Unidos, por exemplo. Eu sei pessoalmente o que isso significa, pois tive a sorte de receber uma bolsa de pesquisa da fundação Rockefeller e consegui assim uma formação que me seria impossível de outro modo.

As universidades são deficientes nos instrumentos de trabalho e de pesquisa; as antigas faculdades de filosofia, especialmente os departamentos de história, com raras exceções, foram desde o começo domínios reservados da mais absoluta e endurecida insciência e infecúndia. Neles não se renovou a disciplina, pela contribuição original. Possuímos pesquisadores e cronistas cuja deficiência não consiste no autodidatismo, mas no antdidatismo. Eles são médicos, de várias especialidades, dentistas, gerais, advogados, almirantes, engenheiros, e insistem em fazer história sem lerem nenhum livro de metodologia, de filosofia e de crítica histórica.

Autodidatas foram todos os grandes historiadores luso-brasileiros, Alexandre Herculano, Varnhagen, Capistrano de Abreu, mas todos três leram e leram muito e ensinaram nos seus escritos a renovação metodológica da história. Mas quando se pratica história, não querendo aprender os rudimentos da disciplina, não se trata de um autodidata, mas de um antdidata.

O antdidata julga bastarem à sua nova disciplina os métodos da sua profissão, embora existam vários profissionais que estudam os métodos da nova disciplina que os entretêm, seguindo a lição dos mestres.

Outro pecado capital é o desconhecimento das contribuições estrangeiras, das fontes e da interpretação.

A contribuição estrangeira à história brasileira contemporânea

A contribuição estrangeira não é só americana, como se costuma dizer e repetir. Há uma importante contribuição inglesa, francesa, alemã, e, não espantem, soviética.

Não cito a portuguesa e espanhola, esta bem menor, porque ela é acessível ao maior número, pela maior divulgação.

Como fui aos Estados Unidos muitas vezes, como estudante e como professor, de 1943 a 1970, assisti ao nascimento e ao desenvolvimento dos estudos brasileiros naquele país. No começo havia apenas o estudo do português, ligado à seção de espanhol do departamento de línguas românticas. Estudava-se, afora a língua, diminuída como se fora um dialeto espanhol, e não uma língua independente, um pouco de história nos cursos de História da América Latina, uma cadeira desconexa, vaga e imprecisa, como é o curso de História da América das nossas universidades.

Depois fui assistindo ao desenvolvimento dos estudos de língua, de cultura, de história, de política, de economia brasileira, a princípio dependentes dos cursos de América Latina.

Foi somente em 1961, em pleno domínio da política externa própria e independente, que o presidente John Kennedy, ao reformar a educação, considerou o português uma língua crítica. Era preciso estudá-la, e conhecer o Brasil, seu povo, sua cultura, sua história, seus costumes.

Na década dos sessenta, creio terem os estudos brasileiros atingido seu clímax. Havia muitos professores brasileiros, os convites eram anuais, e ofertas de emprego permanente como professor não foram raras. É natural que pelos 1970 em diante vejamos a floração do que foi feito na década dos sessenta.

Eu sempre costumava dizer que os Estados Unidos iriam preparar seus professores e especialistas em Brasil e logo dispensariam os brasileiros. E é exatamente o que está acontecendo. Hoje há os brasilianistas, os membros da *Conference on Latin American History*, vários cursos sobre Brasil na maioria das universidades americanas, várias revistas publicando artigos e estudos especiais sobre o Brasil, e várias editoras universitárias e comerciais interessadas em editar livros sobre o Brasil.

Mas não me engano ao dizer que esta euforia está passando, e os primeiros sinais começam a aparecer com as dificuldades para os jovens professores de conseguirem um lugar nas universidades americanas.

Daí se seguirá um declínio nas pesquisas e na produção historiográfica, caso não haja uma mudança na tendência dominante. Os Estados Unidos são muito atraídos pelos que contestam seu poder e seu domínio e não pelos que vêm nele um modelo indiscutível.

Não existe, portanto, nenhuma verdade na afirmação de que os Estados Unidos estudam mais nossa história que os brasileiros. Não se pode fazer uma declaração deste caráter quantitativamente, sem uma investigação bibliográfica e estatística, o que não me consta tenha sido feita. E em relação à qualidade, apesar de todos os nossos defeitos, há bons e maus, aqui e lá, e se aqui se podem apontar os defeitos que enumerei como fraquezas da nossa pesquisa e historiografia, de lá se pode dizer que seus trabalhos se resumem a quadros históricos muito curtos, em si mesmos poucos significativos, não conseguindo se identificar com o país, e acreditando demais nos depoimentos orais dos participantes, sem exercer uma rigorosa crítica.

E, sobretudo, tal como os brasileiros, atém-se muito à pobreza das fontes atuais, embora possam, como alguns o fazem, buscar nas fontes americanas, inglesas, alemães e francesas os elementos de contraprova.

A melhoria deles sobre nós consiste mais no treino da pesquisa, na informação metodológica e filosófica, nos recursos materiais, bolsas, ajudas, bibliotecas riquíssimas, facilidades de reprodução documental, e uso dos computadores na investigação histórica quantitativa.

O que não se sabe no Brasil é o recente interesse da União Soviética pela história da América Latina e, em particular, do Brasil. Os estudos revelam uma ampliação dos horizontes da erudição histórica soviética. A quantidade crescente de artigos, monografias e livros revela uma curiosidade invulgar. A qualidade da historiografia soviética sobre o Brasil é ainda irregular, instável, mas apresenta sólidas contribuições interpretativas. Não conheço russo, mas há vários trabalhos em inglês sobre o desenvolvimento dos estudos brasileiros na União Soviética. Isto daria matéria para um outro estudo.

Para finalizar, deve dizer que a falta de documentação, o encurtamento do horizonte, e sobretudo a falta de liberdade e das garantias individuais me desviam pessoalmente da historiografia contemporânea. Há uma incompatibilidade entre os regimes de exceção e o exercício da história contemporânea.